

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Trabalho,
Segurança Social e Inclusão

Deputada Isabel Meireles

S. Bento, 1 de junho de 2021

Assunto: Audições sobre a Estatuto profissional da animação sociocultural.

A animação sociocultural é uma realidade profissional com várias décadas e com relevância reconhecida em atividades de âmbito cultural, educativo ou social. Apesar de enquadrada pela existência de cursos de formação profissional e de ensino superior, e de ser um requisito legal em diferentes contextos de intervenção, o exercício da profissão não se encontra regulamentado.

A ausência dessa regulamentação resulta em problemas no conteúdo e âmbito do exercício da profissão, bem como na arbitrariedade nos salários praticados e no devido reconhecimento de competências. Estes e estas profissionais, nomeadamente através da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (APDASC), criada em 2005, há muito reclamam a supressão desta lacuna.

A APDASC propôs em 2018 um Estatuto Profissional da Carreira do Animador Sociocultural, tendo apresentado na Assembleia da República, em julho 2019, uma petição, subscrita por mais de mais de 4 mil assinaturas, com vista a garantir o reconhecimento e regulamentação da profissão de animador/a sociocultural.

No contexto da petição e de dar maior consistência a um processo legislativo, a Comissão de trabalho tinha decidido, por unanimidade, proceder às audições de entidades relevantes para a apreciação da matéria. Nomeadamente, a Direção Geral do Emprego e

das Relações de Trabalho (DGERT), a quem caberia a emissão de parecer para avaliação da proporcionalidade da legislação que aprova este Estatuto.

Este processo legislativo foi interrompido com o fim da legislatura anterior, sem que se tenham realizado as audições previstas ou fosse conhecido qualquer parecer sobre a aprovação do Estatuto. Tendo em conta a relevância do tema e a justificada expectativa de milhares de cidadãos e cidadãs, importa proceder a essas audições.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição da DGERT, do Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, e da APDASC.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

José Moura Soeiro